



DOMINGO DE MANHÃ

**AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS  
DELEGADOS DO RIO GRANDE DO SUL – AGERGS  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022**

**TÉCNICO SUPERIOR ADVOGADO**

**INSTRUÇÕES**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preta, documento de identificação, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
  - contém 70 (setenta) questões;
  - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1\_27/06/2022 13:06:06



**Instrução: As questões de números 01 a 20 referem-se ao texto abaixo.**

**Dialogar ou cancelar, eis a questão**

*Por Nilson Souza*

01 Já não sei mais se a frase é de Confúcio ou de Bernard Shaw, mas acredito que qualquer  
02 um deles – gênios que foram – poderia ser o pai da criança. Se você tem uma maçã e eu tenho  
03 outra, e nós trocamos as maçãs, cada um fica com uma. Mas se você tem uma ideia e eu tenho  
04 outra, e nós as trocamos, então cada um terá duas ideias.

05 Adoro essa mensagem e me esforço para colocá-la em prática com amigos e amigas que  
06 eventualmente encontro fora da clau\_\_ura tecnológica. Quando o celular está presente, fica mais  
07 difícil, pois o brinquedinho, como bem sabem os usuários, aproxima quem está longe e afasta  
08 quem está próximo. Além disso, o ambiente das redes sociais está se transformando numa arena  
09 repleta de gladiadores e leões furiosos ..... espera de vítimas incautas.

10 Claro, sempre é possível dar um drible no Grande Irmão e tentar uma conversa à moda  
11 antiga, totalmente analógica, com a\_\_ionamento de cordas vocais e tímpanos. Costumo fazer  
12 isso nas minhas caminhadas matinais, na companhia de um velho parceiro de exercício e ofício.  
13 Trocamos ideias como as crianças que fomos trocavam gibis na porta do cinema – a maioria,  
14 histórias já lidas e conhecidas, mas sempre divertidas. Não é raro, porém, que voltemos aos  
15 nossos afazeres diários com alguma nova reflexão.

16 Nem sempre concordamos um com o outro. Mas é exatamente quando temos visões  
17 conflitantes sobre algum tema que tiramos maior proveito do debate. Tudo porque nossa  
18 amizade, longa e sólida, nos torna impermeáveis ..... cultura do cancelamento – hoje uma das  
19 maiores ameaças à liberdade de expressão. Sim, pois o verbo cancelar já não se resume .....  
20 tornar algo sem efeito ou a excluir das nossas relações aqueles que pensam de forma diferente  
21 da nossa. No tribunal sumário do mundo digital, qualquer divergência de opinião tende a derivar  
22 para banimentos, boicotes, intimidações e, não raro, linchamentos públicos.

23 Nesse contexto, o ódio flore\_\_e, a autocensura cresce e o debate público empobrece. Mas  
24 sempre pode haver espaço para o diálogo, para o debate construtivo e para a convivência de  
25 contrários. Precisamos conversar sobre isso, antes que o fungo da intolerância contamine  
26 irremediavelmente as nossas maçãs.

(Disponível em: Zero Hora, Porto Alegre, ano 58, n. 20.292, 29 mar. 2022. p. 3 – texto adaptado especialmente para esta prova).

**QUESTÃO 01** – Assinale a alternativa cuja informação encontra respaldo no texto.

- A) É necessário dialogar sobre o uso incorreto do celular.
- B) Ao invés de aproximar as pessoas, o celular as afasta.
- C) Não há mais a possibilidade de um diálogo saudável entre os opostos.
- D) A intolerância não tem solução, pois ela já está enraizada na sociedade.
- E) A liberdade de expressão é ameaçada pela cultura do cancelamento.

**QUESTÃO 02** – De acordo com a leitura do texto, é correto afirmar que a cultura do cancelamento:

- A) Utiliza um novo sentido para o verbo “cancelar”.
- B) Favorece a liberdade de expormos a nossa opinião na internet.
- C) Aproxima quem está perto e afasta quem está longe.
- D) Ocorre fora do mundo digital, quando há divergências entre as pessoas.
- E) Resume-se apenas como a exclusão de um indivíduo de nosso convívio social.

**QUESTÃO 03** – Considerando o emprego do acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas pontilhadas das linhas 09, 18 e 19.

- A) a – à – a
- B) à – a – à
- C) a – a – à
- D) à – à – a
- E) à – à – à

**QUESTÃO 04** – Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas das palavras nas linhas 06, 11 e 23.

- A) s – c – c
- B) ç – sc – ss
- C) s – c – sc
- D) z – ss – c
- E) z – c – sc

**QUESTÃO 05** – Os vocábulos “incautas” (l. 09) e “afazeres” (l. 15) podem ser substituídos, respectivamente, sem alteração de sentido ou de outras palavras nos trechos nos quais se encontram, por:

- A) descuidadas – encargos.
- B) enganadas – obrigações.
- C) desprevenidas – tarefas.
- D) enganadas – encargos.
- E) descuidadas – obrigações.

**QUESTÃO 06** – Os vocábulos “pois” (l. 07) e “mas” (l. 14) podem ser substituídos, respectivamente, sem alteração de sentido ou de outras palavras nas frases, por:

- A) afinal – logo.
- B) porque – entretanto.
- C) uma vez que – portanto.
- D) já que – assim.
- E) contudo – porque.

**QUESTÃO 07** – Observe o trecho a seguir retirado do texto: “Quando o celular está presente, fica mais difícil, pois o brinquedinho, como bem sabem os usuários, aproxima quem está longe e afasta quem está próximo”.

Se as palavras “celular” e “brinquedinho” fossem flexionadas no plural, quantas outras palavras precisariam ser modificadas para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.
- E) 7.

**QUESTÃO 08** – Os vocábulos “la” (l. 05) e “brinquedinho” (l. 07) referem-se, respectivamente, às palavras:

- A) mensagem – ambiente.
- B) prática – celular.
- C) ideia – ambiente.
- D) prática – difícil.
- E) mensagem – celular.

**QUESTÃO 09** – Tendo em vista a oração “o ódio flore\_\_e” (l. 23), a qual teve a lacuna tracejada mantida, assinale a alternativa em que apenas advérbios foram acrescentados à frase.

- A) Hoje, o terrível ódio flore\_\_e.
- B) O teu ódio flore\_\_e continuamente.
- C) Aqui o enorme ódio flore\_\_e.
- D) O atual ódio flore\_\_e.
- E) Hodiernamente, o ódio não flore\_\_e.

**QUESTÃO 10** – Analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas, relacionadas ao trecho “Mas sempre pode haver espaço para o diálogo, para o debate construtivo e para a convivência de contrários”.

- ( ) O vocábulo “sempre” é um advérbio.
- ( ) O termo “para” é uma preposição formada pelo processo de combinação.
- ( ) O trecho possui uma locução verbal.
- ( ) “Construtivo” é um substantivo simples.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – F – F – F.
- B) V – F – V – F.
- C) F – V – V – V.
- D) V – F – F – V.
- E) F – V – F – V.

**QUESTÃO 11** – Assinale a alternativa que apresenta um pronome indefinido.

- A) “Se você tem uma maçã e eu tenho outra (...)” (l. 02–03).
- B) “(...) sempre é possível dar um drible no Grande Irmão (...)” (l. 10).
- C) “Mas sempre pode haver espaço para o diálogo (...)” (l. 23–24).
- D) “Costumo fazer isso nas minhas caminhadas matinais (...)” (l. 11–12).
- E) “Já não sei mais se a frase é de Confúcio ou de Bernard Shaw (...)” (l. 01).

**QUESTÃO 12** – Em relação às classes gramaticais, assinale a alternativa correta.

- A) Em “(...) E nós as trocamos (...)” (l. 04), o termo em destaque é um artigo definido.
- B) Em “(...) E me esforço para colocá-la em prática (...)” (l. 05), o vocábulo em destaque é um substantivo.
- C) Em “costumo fazer isso nas minhas caminhadas matinais (...)” (l. 11–12), a palavra em destaque é um adjetivo.
- D) Em “não é raro, porém, que voltemos aos nossos afazeres diários (...)” (l. 14–15), o termo em destaque é um pronome pessoal oblíquo.
- E) Em “(...) E o debate público empobrece” (l. 23), o vocábulo em destaque é um substantivo.

**QUESTÃO 13** – Em relação à oração “Adoro essa mensagem”, retirada do texto, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) O tipo de sujeito da oração é indeterminado.
- ( ) O verbo “adoro” é um verbo transitivo indireto.
- ( ) O tipo de predicado é verbal.
- ( ) A expressão “essa mensagem” é complemento verbal.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) F – V – F – V.
- B) V – V – F – V.
- C) F – F – V – V.
- D) F – V – F – F.
- E) V – F – V – F.

**QUESTÃO 14** – Assinale a alternativa que apresenta um sujeito oculto.

- A) “Se você tem uma maçã e eu tenho outra, (...)” (l. 02–03).
- B) “Costumo fazer isso nas minhas caminhadas matinais, (...)” (l. 11–12).
- C) “qualquer divergência de opinião tende a derivar para banimentos, (...)” (l. 21–22).
- D) “Nesse contexto, o ódio flore\_\_\_e, (...)” (l. 23).
- E) “(...) o ambiente das redes sociais está se transformando numa arena repleta de gladiadores e leões furiosos (...)” (l. 08–09).

**QUESTÃO 15** – Assinale a alternativa que apresenta um verbo intransitivo.

- A) "(...) e nós trocamos as maçãs (...)" (l. 03).
- B) "Costumo fazer isso nas minhas caminhadas matinais (...)" (l. 11-12).
- C) "Trocamos ideias (...)" (l. 13).
- D) "(...) a autocensura cresce (...)" (l. 23).
- E) "(...) antes que o fungo da intolerância contamine irremediavelmente as nossas maçãs" (l. 25-26).

**QUESTÃO 16** – O fragmento "Se você tem uma maçã e eu tenho outra, e nós trocamos as maçãs, cada um fica com uma" apresenta:

- A) Uma oração.
- B) Duas orações.
- C) Três orações.
- D) Quatro orações.
- E) Cinco orações.

**QUESTÃO 17** – Assinale a alternativa em que o advérbio destacado NÃO está se referindo a um verbo:

- A) "Já não sei mais se a frase é de Confúcio ou de Bernard Shaw (...)" (l. 01).
- B) "(...) e tentar uma conversa à moda antiga, totalmente analógica (...)" (l. 10-11).
- C) "(...) antes que o fungo da intolerância contamine irremediavelmente as nossas maçãs" (l. 25-26).
- D) "Mas é exatamente quando temos visões conflitantes sobre algum tema (...)" (l. 16-17).
- E) "(...) e me esforço para colocá-la em prática com amigos e amigas que eventualmente encontro (...)" (l. 05-06).

**QUESTÃO 18** – Analise o seguinte fragmento: "No tribunal sumário do mundo digital, qualquer divergência de opinião tende a derivar para banimentos, boicotes, intimidações e, não raro, linchamentos públicos".

Assinale a alternativa que indica o número correto de preposições presentes no trecho, incluindo as que possam aparecer combinadas ou contraídas com outras palavras.

- A) 2.
- B) 3.
- C) 4.
- D) 5.
- E) 6.

**QUESTÃO 19** – Assinale a alternativa que apresenta uma palavra com a mesma regra de sílaba tônica que o termo em destaque no trecho "(...) como as crianças que fomos trocavam gibis na porta do cinema (...)".

- A) Geleia.
- B) Árvore.
- C) Jiboia.
- D) Voo.
- E) Avental.

**QUESTÃO 20** – Assinale a alternativa que apresenta uma palavra com grafia correta conforme o Acordo Ortográfico vigente, assim como ocorre no vocábulo destacado no seguinte trecho: "(...) a autocensura cresce (...)".

- A) Autohipnose.
- B) Autoobservação.
- C) Autopeças.
- D) Autoretrato.
- E) Autoserviço.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**QUESTÃO 21** – A Lei nº 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. À luz do referido diploma normativo, assinale a alternativa correta.

- A) Aplicam-se a todas as empresas públicas, às sociedades de economia mista de capital fechado e as suas subsidiárias as disposições da Lei nº 6.404/1976, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, exceto a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado nesse órgão.
- B) A empresa pública poderá lançar debêntures ou valores mobiliários, conversíveis em ações.
- C) A empresa pública poderá emitir partes beneficiárias.
- D) O acionista controlador da empresa pública e da sociedade de economia mista responderá pelos atos praticados com abuso de poder nos termos da Lei nº 6.404/1976.
- E) O Conselho de Administração deve ser composto, no mínimo, por 50% (cinquenta por cento) de membros independentes ou por pelo menos 1 (um), caso haja decisão pelo exercício da faculdade do voto múltiplo pelos acionistas minoritários, nos termos do art. 141 da Lei nº 6.404/1976.

**QUESTÃO 22** – A Lei nº 8.987/1995 dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal. Considerando o previsto em tal legislação, assinale a alternativa correta.

- A) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A eficiência compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.
- B) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade. A interrupção do serviço nesta hipótese não poderá iniciar-se no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior ao feriado. Poderá, contudo, ter lugar em qualquer outro dia da semana.
- C) Toda concessão de serviço público, desde que precedida da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.
- D) É assegurada a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.
- E) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem a ser realizada no foro de eleição, em qualquer lugar do mundo, no idioma eleito pelas partes.

**QUESTÃO 23** – José dos Santos Carvalho Filho conceitua o ato administrativo como “a exteriorização da vontade de agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise à produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público”. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 36 ed. São Paulo: Grupo GEN, 2022). Considerando as características dos atos administrativos, analise as seguintes assertivas:

- I. A autoexecutoriedade indica que os atos administrativos obrigam a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência.
- II. Os atos administrativos, quando editados, trazem em si a presunção de que nasceram conforme as normas legais. Trata-se da presunção de legitimidade.
- III. A imperatividade, ou coercibilidade, significa que o ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente levado a efeito e seu objeto imediatamente alcançado, ou seja, tem, por si, idoneidade para criar direitos e obrigações.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e III.
- E) I, II e III.

**QUESTÃO 24** – A Lei nº 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal. À luz de referida legislação, analise as seguintes assertivas:

- I. Um servidor público vinculado ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, por negligência, permitiu a aquisição de bem, pelo Estado, por preço superior ao de mercado.
- II. Um empregado do alto escalão de concessionária de serviços públicos, por descuido, revelou ato de que tinha ciência em razão das atribuições, propiciando o beneficiamento por informação privilegiada de terceiros.
- III. Um empregado de empresa pública recebeu vantagem econômica direta para facilitar o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado, por ato de vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Quais configuram ato de improbidade administrativa?

- A) Apenas II.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas I e III.
- E) Apenas II e III.

**QUESTÃO 25** – Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa correta sobre a dispensa e inexigibilidade de licitação.

- A) É inexigível a licitação para alienação de bem móvel, na hipótese de permuta, entre órgãos da Administração Pública.
- B) É dispensada a licitação para alienação de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e fundações, mediante autorização legislativa, nos casos de dação em pagamento.
- C) É dispensável a licitação quando inviável a competição.
- D) É inexigível a licitação para a contratação de valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras.
- E) É inexigível a licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

**QUESTÃO 26** – Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e alterações que promoveu no Código Penal, assinale a alternativa correta sobre as sanções penais na licitação.

- A) A conduta de admitir, possibilitar ou dar causa à contratação direta fora das hipóteses previstas em lei tem como preceito secundário a pena de reclusão, de (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- B) A conduta de frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório tem como preceito secundário a pena de detenção, de (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- C) A conduta de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário, tem como preceito secundário a pena de reclusão, de (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
- D) A conduta de admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do contratado, durante a execução dos contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no edital da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, tem como preceito secundário a pena de reclusão, de (quatro) a 8 (oito) anos, ou multa.
- E) A conduta de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de processo licitatório, tem como preceito secundário a pena de detenção, de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, e multa.

**QUESTÃO 27** – Nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração, especialmente designados conforme requisitos estabelecidos na mesma Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição. Sobre a execução do contrato e sua fiscalização, assinale a alternativa correta.

- A) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, submetendo parecer ao superior hierárquico para que determine o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, em qualquer hipótese.
- B) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- C) O contratado deverá manter preposto, independentemente de aceite pela Administração, no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- D) O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e excluirá ou reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo contratante.
- E) Contratante e contratado serão responsáveis pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

**QUESTÃO 28** – Sobre o mandado de segurança individual e coletivo, regulado pela Lei nº 12.016/2009, assinale a alternativa correta.

- A) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória lhe houver apreciado o mérito.
- B) Será decretada a perempção ou caducidade da medida liminar *ex officio* ou a requerimento do Ministério Público quando, concedida a medida, o impetrante criar obstáculo ao normal andamento do processo ou deixar de promover, por mais de 30 (trinta) dias, os atos e as diligências que lhe cumprirem.
- C) Quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada ou do Ministério Público e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar e da sentença, dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte à sua interposição.
- D) Nas decisões proferidas em mandado de segurança e nos respectivos recursos, quando não publicado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data do julgamento, o acórdão será substituído pelas respectivas notas taquigráficas, independentemente de revisão.
- E) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus* e *habeas data*.

**QUESTÃO 29** – A ação civil pública é regulada pela Lei nº 7.347/1985, segundo a qual é INCORRETO afirmar que:

- A) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.
- B) O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
- C) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- D) Decorridos quarenta e cinco dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.
- E) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.



**QUESTÃO 30** – Consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No ato de improbidade administrativa do qual resulta prejuízo, a responsabilidade dos agentes em concurso é solidária.
- B) Nas ações de improbidade administrativa com pluralidade de réus, a responsabilidade entre eles é solidária até, ao menos, a instrução final do feito, momento em que se delimita a quota de responsabilidade de cada agente para fins de ressarcimento ao erário.
- C) Na hipótese de não delimitação da cota de responsabilidade solidária dos corréus pelo ressarcimento ao erário na fase instrutória da ação de improbidade, é possível a discussão a respeito da individualização do dano no momento da liquidação de sentença.
- D) Na hipótese de solidariedade entre os corréus na ação de improbidade administrativa, o bloqueio do valor total determinado pelo juiz para assegurar o ressarcimento ao erário poderá recair sobre o patrimônio de qualquer um deles, vedado o bloqueio do débito total em relação a cada um dos coobrigados, tendo em vista a proibição do excesso na cautela.
- E) É cabível aplicar a pena de cassação de aposentadoria em processo judicial em que se apura a prática de atos de improbidade administrativa, em virtude do princípio da legalidade estrita, que impede o uso de interpretação extensiva no âmbito do direito sancionador.

**QUESTÃO 31** – Maria Helena Diniz apresenta proposta de classificação das normas constitucionais quanto à sua eficácia, adotando como critério a intangibilidade e a produção de efeitos concretos das normas, que são classificadas em:

- A) Normas supereficazes ou com eficácia absoluta; normas de eficácia plena; normas com eficácia relativa restringível; normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa.
- B) Normas supereficazes ou com eficácia plena; normas com eficácia relativa restringível; normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa.
- C) Normas supereficazes ou com eficácia absoluta; normas com eficácia relativa restringível; normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa.
- D) Normas com eficácia plena; normas com eficácia contida; normas com eficácia limitada.
- E) Normas com eficácia absoluta; normas com eficácia plena; normas com eficácia contida.

**QUESTÃO 32** – Sobre o controle de constitucionalidade no sistema brasileiro, tendo-se como parâmetro o disposto na Lei nº 9.868/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A federação sindical ou a entidade de classe de âmbito regional ou nacional têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.
- B) Proposta a ação direta, é admitida a desistência.
- C) Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- D) O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho recorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.
- E) Decorrido o prazo das informações, serão ouvidos o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, que deverão manifestar-se, cada qual, no prazo comum de quinze dias.

**QUESTÃO 33** – Considerando o disposto na Constituição Federal, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- A) Vice-Presidente da República.
- B) Vice-Presidente do Senado Federal.
- C) Vice-Presidente da Câmara dos Deputados.
- D) Oficial da Polícia Militar.
- E) Desembargador Federal.

**QUESTÃO 34** – À luz do disposto na Constituição Federal de 1988, é vedada a cassação de direitos políticos. Todavia, há hipóteses de perda ou suspensão dos direitos políticos. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO apresenta uma das hipóteses de perda ou suspensão expressamente previstas no texto constitucional.

- A) Incapacidade civil absoluta.
- B) Incapacidade civil relativa.
- C) Cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- D) Condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- E) Improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º, da CF.

**QUESTÃO 35** – Considerando o disposto na Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre:

- A) Desapropriação, comércio exterior e interestadual, proteção e tratamento de dados pessoais.
- B) Proteção e tratamento de dados pessoais, propaganda comercial, produção e consumo.
- C) Seguridade social, sistemas de consórcios e sorteios, proteção à infância e à juventude.
- D) Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência, proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- E) Orçamento, populações indígenas, trânsito e transporte.

**QUESTÃO 36** – À luz do disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA sobre o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

- A) É da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- B) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente ou mediante preposto, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificativa adequada.
- C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Presidente e diretores do banco central.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- E) Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

**QUESTÃO 37** – O Conselho da República, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participa, como membro nato, o:

- A) Ministro de Estado da Defesa.
- B) Ministro das Relações Exteriores.
- C) Ministro do Planejamento.
- D) Comandante da Marinha.
- E) Ministro da Justiça.

**QUESTÃO 38** – Acerca do sistema tributário nacional, assinale a alternativa correta, em conformidade com a Constituição Federal de 1988.

- A) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, devendo a administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- B) A Lei ordinária poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- C) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, vedada a adoção de alíquotas progressivas.
- E) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir taxa, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.

**QUESTÃO 39** – A ordem econômica e financeira é regulada pela Constituição Federal a partir de seu art. 170. Sobre a matéria, é correto assinalar que:

- A) Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- B) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem, ou não, atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.
- C) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado.
- D) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, preferencialmente através de licitação, a prestação de serviços públicos.
- E) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao proprietário da área a propriedade do produto da lavra.

**QUESTÃO 40** – Assinale a alternativa que, à luz da Constituição Federal de 1988, NÃO contempla uma atribuição do Sistema Único de Saúde.

- A) Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos.
- B) Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- C) Ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde.
- D) Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico.
- E) Colaborar na proteção do meio ambiente, excetuado o do trabalho.

**QUESTÃO 41** – À luz do disposto na CLT, analise as seguintes assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios.
  - II. Considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
  - III. Equiparam-se ao empregador, para todos os efeitos, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados ou terceirizados.
- A) Todas estão corretas.
  - B) Todas estão incorretas.
  - C) Apenas I e II estão corretas.
  - D) Apenas I e III estão corretas.
  - E) Apenas II e III estão corretas.

**QUESTÃO 42** – Assinale a alternativa que NÃO indica um direito dos trabalhadores urbanos e rurais, expressamente previsto no art. 7º da Constituição Federal.

- A) Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- B) Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei.
- C) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.
- D) Distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- E) Proteção em face da automação, na forma da lei.

**QUESTÃO 43** – Consoante entendimento fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre jornadas, devem ser remuneradas como extraordinárias, inclusive com o respectivo adicional.
- B) Os intervalos concedidos pelo empregador na jornada de trabalho, não previstos em lei, representam tempo à disposição da empresa, remunerados como serviço extraordinário, se acrescidos ao final da jornada.
- C) O desrespeito ao intervalo mínimo entre dois turnos de trabalho, sem importar em excesso na jornada efetivamente trabalhada, não dá direito a qualquer ressarcimento ao obreiro, por tratar-se apenas de infração sujeita à penalidade administrativa (art. 71 da CLT).
- D) A jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT.
- E) Os digitadores, por aplicação analógica do art. 72 da CLT, equiparam-se aos trabalhadores nos serviços de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), razão pela qual têm direito a intervalos de descanso de 10 (dez) minutos a cada 90 (noventa) de trabalho consecutivo.

**QUESTÃO 44** – Acerca da estabilidade da gestante, analise as assertivas a seguir à luz das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho:

- I. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b" do ADCT).
- II. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários correspondentes ao período de estabilidade.
- III. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, exceto na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas III.
- D) Apenas I e II.
- E) Apenas I e III.

**QUESTÃO 45** – Sobre as férias e o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre a matéria, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A indenização pelo não deferimento das férias no tempo oportuno será calculada com base na remuneração devida ao empregado na época da reclamação, ou, se for o caso, na da extinção do contrato.
- B) O direito aos salários do período de férias escolares assegurado aos professores (art. 322, *caput* e § 3º, da CLT) não exclui o direito ao aviso prévio, na hipótese de dispensa sem justa causa ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares.
- C) Os dias de férias gozados após o período legal de concessão deverão ser remunerados em dobro.
- D) A remuneração das férias do tarefeiro deve ser calculada com base na média da produção do período aquisitivo, aplicando-se-lhe à tarifa média do período aquisitivo.
- E) Salvo na hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.

**QUESTÃO 46** – Sobre a ação rescisória no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta à luz da Legislação e do Entendimento Sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.

- A) Procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.
- B) O prazo de decadência, na ação rescisória, conta-se do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.
- C) O juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória, podendo formar sua convicção através de outros elementos dos autos quanto à antecipação ou postergação do "dies a quo" do prazo decadencial.
- D) Na hipótese de colusão das partes, o prazo decadencial da ação rescisória somente começa a fluir para o Ministério Público, que não interveio no processo principal, a partir do trânsito em julgado da sentença.
- E) A exceção de incompetência, oposta no prazo recursal, sem ter sido aviado o recurso próprio, tem o condão de afastar a consumação da coisa julgada e, assim, postergar o termo inicial do prazo decadencial para a ação rescisória.

**QUESTÃO 47** – Sobre os recursos no Processo do Trabalho, à luz da Legislação e da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) É cabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.
- B) Se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita abranger apenas um deles.
- C) O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade, por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 489 do CPC de 2015 (art. 458 do CPC de 1973) ou do art. 93, IX, da CF/1988.
- D) Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, a admissibilidade de recurso de revista está limitada à demonstração de violação direta a dispositivo da Constituição Federal ou contrariedade à Súmula ou à Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.
- E) É cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.

**QUESTÃO 48** – Acerca da execução, no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- B) Fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir crédito exequendo.
- C) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos, em qualquer hipótese, no juízo deprecado.
- D) Compete à Justiça Federal a execução, de ofício, da contribuição referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que tem natureza de contribuição para a seguridade social (arts. 114, VIII, e 195, I, "a", da CF).
- E) É inválida a penhora em bens de pessoa jurídica de direito privado, ainda que realizada anteriormente à sucessão pela União ou por Estado-membro, devendo a execução prosseguir mediante precatório.

**QUESTÃO 49** – Em relação aos dissídios coletivos de trabalho, a teor do entendimento fixado pelo Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Em face de pessoa jurídica de direito público que mantenha empregados, cabe dissídio coletivo exclusivamente para apreciação de cláusulas de natureza social.
- B) O dissídio coletivo é meio próprio para o Sindicato vir a obter o reconhecimento de que a categoria que representa é diferenciada.
- C) São incompatíveis com a natureza e finalidade do dissídio coletivo as pretensões de provimento judicial de arresto, apreensão ou depósito.
- D) É inviável, em qualquer hipótese, aplicar condições constantes de acordo homologado nos autos de dissídio coletivo, extensivamente, às partes que não o subscreveram.
- E) O dissídio coletivo de natureza jurídica prescinde da autorização da categoria, reunida em assembleia, para legitimar o sindicato próprio, nem da etapa negocial prévia para buscar solução de consenso.

**QUESTÃO 50** – Sobre a prescrição trabalhista, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. Não se conhece de prescrição não arguida na instância ordinária.
  - II. Da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.
  - III. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- A) Todas estão corretas.
  - B) Todas estão incorretas.
  - C) Apenas I e II estão corretas.
  - D) Apenas I e III estão corretas.
  - E) Apenas II e III estão corretas.

**QUESTÃO 51** – Considerando o disposto no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA sobre os bens considerados em si.

- A) São singulares os bens que, embora reunidos, consideram-se de per si, independentemente dos demais.
- B) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- C) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.
- D) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- E) Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.

**QUESTÃO 52** – Sobre o direito das obrigações, à luz do disposto no CC, assinale a alternativa correta.

- A) Em se tratando de obrigação de dar coisa certa, até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor exigir judicialmente o aumento do preço.
- B) Com relação à obrigação de dar coisa incerta, nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação.
- C) Nas obrigações de fazer, se a prestação do fato se tornar impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- D) Nas obrigações de não fazer, praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor não pode exigir dele que o desfaça, mas pode se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado perdas e danos.
- E) Nas obrigações alternativas, quando a obrigação for de prestações periódicas, a faculdade de opção deverá ser exercida quando do adimplemento da primeira prestação.

**QUESTÃO 53** – Acerca das diversas espécies de contrato, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura. Neste caso, ficará sem efeito o contrato se esta não vier a existir, salvo se a intenção das partes era de concluir contrato aleatório.
- B) O mútuo é o empréstimo de coisas infungíveis. O mutuário é obrigado a restituir ao mutuante o que dele recebeu em coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade.
- C) Na doação, o doador pode fixar prazo ao donatário, para declarar se aceita ou não a liberalidade. Desde que o donatário, ciente do prazo, não faça, dentro dele, a declaração, entender-se-á que aceitou, se a doação não for sujeita a encargo.
- D) Na locação de coisas, uma das partes se obriga a ceder à outra, por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição.
- E) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição do objeto.

**QUESTÃO 54** – Sobre a posse, assinale a alternativa correta.

- A) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, poderá cada uma exercer sobre ela atos possessórios, ainda que excluam os dos outros compossuidores.
- B) Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio ou alheio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade.
- C) Quando mais de uma pessoa se disser possuidora, manter-se-á provisoriamente a que tiver a coisa, mesmo quando manifesto que a obteve de alguma das outras por modo vicioso.
- D) O possuidor de má-fé responde por todos os frutos colhidos e percebidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tampouco tem direito às despesas da produção e custeio.
- E) Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho, quando, tendo notícia dele, se abstém de retornar a coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.

**QUESTÃO 55** – Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa que apresenta, exclusivamente, sociedades personificadas.

- A) Sociedade limitada, sociedade simples e sociedade em conta de participação.
- B) Sociedade anônima, sociedade simples e sociedade em comum.
- C) Sociedade anônima, sociedade limitada e sociedade simples.
- D) Sociedade em conta de participação, sociedade em comum e sociedade limitada.
- E) Sociedade anônima, sociedade em conta de participação e sociedade simples.

**QUESTÃO 56** – Acerca das tutelas provisórias e sua previsão no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.
- B) A petição inicial da ação que visa a prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- C) O indeferimento da tutela cautelar não obsta a que a parte formule o pedido principal, nem influi no julgamento desse, em qualquer hipótese.
- D) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando, entre outras hipóteses, ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte.
- E) A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando, entre outras hipóteses, a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

**QUESTÃO 57** – Segundo o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa que indica uma hipótese em que, em regra, NÃO há suspensão do processo.

- A) Pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador.
- B) Pela convenção das partes.
- C) Pela arguição de impedimento ou de suspeição.
- D) Pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- E) Quando se discutir em juízo questão decorrente de acidentes e fatos da navegação, exceto quando sujeitas à competência de Tribunal Marítimo.

**QUESTÃO 58** – Segundo o Código de Processo Civil, o juiz resolverá o mérito quando:

- A) Verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- B) Homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- C) Verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- D) Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- E) Homologar a desistência da ação.

**QUESTÃO 59** – Sobre o cumprimento de sentença, à luz do disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No cumprimento provisório da sentença, o executado poderá apresentar impugnação, se quiser.
- B) No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver.
- C) No cumprimento definitivo da sentença, transcorrido o prazo legalmente previsto, sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 30 (trinta) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.
- D) Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo.
- E) É lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo.

**QUESTÃO 60** – Sobre o procedimento especial de consignação em pagamento, à luz do Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos casos previstos em lei, poderá o devedor ou terceiro requerer, com efeito de pagamento, a consignação da quantia ou da coisa devida.
- B) Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o valor ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.
- C) Decorrido o prazo assinalado, sem manifestação de recusa, contado do retorno do aviso de recebimento, sem a manifestação de recusa, considerar-se-á o devedor liberado da obrigação, ficando à disposição do credor a quantia depositada.
- D) Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento bancário, poderá ser proposta, dentro de 15 dias, a ação de consignação, instruindo-se a inicial com a prova do depósito e da recusa.
- E) Não proposta a ação no prazo legal, ficará sem efeito o depósito, podendo levantá-lo o depositante.

**QUESTÃO 61** – Considerando o disposto na Lei nº 8.429/1992, acerca da ação por ato de improbidade administrativa, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Na ação por improbidade administrativa, poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- B) O pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o *caput* deste artigo poderá ser formulado independentemente de representação.
- C) Quando for o caso, o pedido de indisponibilidade de bens incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.
- D) O pedido de indisponibilidade de bens apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu em 5 (cinco) dias.
- E) A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, presumindo-se a urgência.



**QUESTÃO 62** – Considerando o disposto na Lei nº 6.830/1980, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.
- B) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.
- C) Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- D) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
- E) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

**QUESTÃO 63** – No que concerne aos efeitos da condenação, conforme previsto no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) Na hipótese de condenação por infrações às quais a lei comine pena máxima superior a 4 (quatro) anos de reclusão, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- B) Poderá ser decretada a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime, exceto quando estes não forem encontrados ou quando se localizarem no exterior.
- C) Os instrumentos utilizados para a prática de crimes por organizações criminosas e milícias deverão ser declarados perdidos em favor do Estado ou do Município, dependendo da Justiça onde tramita a ação penal, ainda que não ponham em perigo a segurança das pessoas, a moral ou a ordem pública, nem ofereçam sério risco de ser utilizados para o cometimento de novos crimes.
- D) Dentre os efeitos da condenação está a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.
- E) A inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso, é efeito automático da condenação.

**QUESTÃO 64** – O Código Penal tipifica o crime de falsificação de documento particular em seu art. 298, assim redigido: "Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro". Segundo o mesmo diploma normativo, assinale a alternativa que apresenta um documento considerado, para fins penais, como particular.

- A) O testamento particular.
- B) O título ao portador ou transmissível por endosso.
- C) As ações de sociedade comercial.
- D) Os livros mercantis.
- E) O cartão de crédito.

**QUESTÃO 65** – Considerando o disposto no Código de Processo Penal, sobre o inquérito policial, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- B) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá, por fim, a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- C) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- D) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será necessariamente realizada.
- E) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

**QUESTÃO 66** – Acerca da ação penal, conforme prevista no Código de Processo Penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.
- B) Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.
- C) Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.
- D) O acordo de não persecução penal será formalizado por escrito e será firmado pelo membro do Ministério Público e pelo investigado, facultada a assistência por defensor.
- E) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

**QUESTÃO 67** – Sobre o lançamento, a teor do disposto no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.
- B) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- C) O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
- D) O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.
- E) Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**QUESTÃO 68** – Em relação às garantias e privilégios do crédito tributário, de acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- B) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- C) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.
- D) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- E) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

**QUESTÃO 69** – Sobre o licenciamento ambiental, à luz do disposto na Lei Complementar nº 140 de 2011, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os empreendimentos e atividades são licenciados ou autorizados, ambientalmente, por um único ente federativo, em conformidade com as atribuições estabelecidas nos termos de referida Lei Complementar.
- B) Os demais entes federativos interessados podem manifestar-se ao órgão responsável pela licença ou autorização, de maneira vinculante, respeitados os prazos e procedimentos do licenciamento ambiental.
- C) A supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais é autorizada pelo ente federativo licenciador.
- D) Os valores alusivos às taxas de licenciamento ambiental e outros serviços afins devem guardar relação de proporcionalidade com o custo e a complexidade do serviço prestado pelo ente federativo.
- E) As exigências de complementação oriundas da análise do empreendimento ou atividade devem ser comunicadas pela autoridade licenciadora de uma única vez ao empreendedor, ressalvadas aquelas decorrentes de fatos novos.

**QUESTÃO 70** – A Resolução nº 1/1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, trata dos critérios básicos e diretrizes gerais para avaliação de impacto ambiental, notadamente discorrendo sobre o Estudo de Impacto Ambiental. À luz do disposto em referida Resolução, assinale a alternativa correta.

- A) Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do SEMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente.
- B) Os órgãos ambientais competentes e os órgãos setoriais do SISNAMA deverão compatibilizar os processos de licenciamento com as etapas de planejamento e implantação das atividades modificadoras do meio Ambiente, respeitados os critérios e diretrizes estabelecidos por esta Resolução e tendo por base a natureza, o porte e as peculiaridades de cada atividade.
- C) Correrão por conta do órgão licenciador do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, tais como: coleta e aquisição dos dados e informações, trabalhos e inspeções de campo, análises de laboratório, estudos técnicos e científicos e acompanhamento e monitoramento dos impactos, elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 5 (cinco) cópias.
- D) O órgão estadual competente, ou a SEMA ou, quando couber, o Município terá um prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.
- E) Respeitado o sigilo industrial, assim solicitando e demonstrando pelo interessado, o RIMA será acessível ao público. Suas cópias permanecerão à disposição dos interessados, nos centros de documentação ou bibliotecas da SEMA e do órgão estadual de controle ambiental correspondente, inclusive durante o período de análise técnica.